

SINASEFE COMO INSTRUMENTO DE LUTA DOS EDUCADORES FEDERAIS E DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA

Tese de conjuntura da Unidos pra Lutar ao 34º Consinasefe

Prezadas e Prezados colegas educadores da Educação Básica, Técnica e Tecnológica da Educação Federal, os professores que assinam essa tese são militantes da tendência sindical **UNIDOS PRA LUTAR** que atua no interior da CSP-Conlutas e em diversas categorias da classe trabalhadora brasileira. **Somos defensores de um movimento sindical classista, autônomo, democrático e de combate**, e, acreditamos, que o nosso SINASEFE é uma importantíssima ferramenta em defesa da educação pública, na promoção do avanço científico e tecnológico do país e na emancipação dos trabalhadores brasileiros.

Conjuntura internacional: um sistema em decadência

A pandemia da Covid-19 causou a morte de milhões de trabalhadores e aprofundou a crise estrutural do capitalismo que se manifesta em todos os aspectos da vida: econômica, sanitária, social, cultural, ambiental e política.

No último período, a barbárie capitalista, escancarada pela pandemia, não foi capaz de garantir o direito à vida digna da população mundial e provocou um rebaixamento brutal das condições de vida dos trabalhadores, trabalhadoras e do povo oprimido, aumentando o desemprego, a miséria e a fome em escala global.

O combate a pandemia demonstrou a falência do sistema capitalista em que o lucro das multinacionais farmacêuticas e do setor de saúde foi privilegiado em detrimento da garantia de vacinação da população mundial. O descontrole da pandemia nos países centrais demonstrou que o imperialismo norte-americano está em decadência.

A crise econômica iniciada em 2008 no centro do capitalismo que se espalhou pelos países periféricos não foi totalmente recuperada e com a pandemia, agravou-se. A previsão para 2022 é baixo crescimento econômico em decorrência dos impactos da guerra na Ucrânia, do risco do aparecimento de novas variantes do coronavírus, da desaceleração do crescimento chinês e do aumento dos juros nos países centrais faz com que aumente a pobreza e jogue milhões de trabalhadores na miséria.

Os governos e a burguesia tentam aplicar um plano de ajuste a fim de recuperar as taxas de lucro, aumentando os preços dos alimentos, dos combustíveis, congelamento de salários e implementação de medidas de retiradas de direitos.

No entanto, a classe trabalhadora tem resistido aos ataques do capital, e mesmo durante a pandemia, ocorreram lutas radicalizadas questionando os regimes políticos e a política neoliberal como na Colômbia, no Chile, França, Bielorrússia, Líbano, França, Brasil, Irã, Estados Unidos, Cazaquistão e outros que demonstram disposição da classe de lutar e desmontam a tese de que vivemos diante de uma onda conservadora.

A incapacidade do imperialismo de recuperar a taxa de lucro e acabar com a pandemia mantém a economia mundial em baixo crescimento com o risco de uma depressão global. Isto faz com que no cenário político mundial a hostilidade e a polarização entre os países imperialistas aumentem.

A guerra na Ucrânia é a síntese da crise interburguesa que busca, por meio da guerra, aumentar a taxa de lucro. A Rússia, um país capitalista mais forte com aspirações expansionistas-imperialistas, ocupa um país semicolonial em condições de inferioridade com um governo que é pró-imperialista burguês que chancela a estratégia expansionista dos EUA e da OTAN.

Nesta guerra, quem paga o preço são os trabalhadores ucranianos, que sofrem com os bombardeiros das forças armadas russas e a classe trabalhadora russa que será penalizada por causa das sanções. Enquanto isso, tanto a burguesia ucraniana, como a russa seguem acumulando riqueza.

Na periferia do capitalismo, em especial na América Latina, a barbárie capitalista manifesta-se como processo de reversão neocolonial estão entre as empreitadas do grande capital: o desmonte das máquinas estatais com a privatização de empresas públicas à conglomerados econômicos; a entrega de serviços sociais essenciais de responsabilidade estatal para a iniciativa privada (como na saúde e educação); e a desregulação das legislações trabalhistas e previdenciárias para potencializar os lucros das empresas e bancos.

O latifúndio e o extrativismo mineral são as principais frentes de expansão do capitalismo e acentuam ainda mais a superexploração da classe trabalhadora, a devastação ambiental e o saque das riquezas naturais que tem provocado, em especial no Brasil, diversas tragédias como a contaminação dos rios amazônicos em decorrência do garimpo e mineração ilegal e do desmatamento.

Em que pese o aumento da concentração de riqueza durante a pandemia em que os 10 homens mais ricos do mundo dobraram suas fortunas, enquanto a renda de 99% da humanidade caiu, conforme demonstra o relatório da Oxfam, *A Desigualdade Mata*, os trabalhadores do mundo resistem aos ataques do imperialismo em defesa de suas condições de vida com maior ou menor intensidade.

Durante a pandemia, em diversas partes do mundo, aconteceram massivas manifestações. Em alguns casos, as mobilizações se desdobram em fortes rebeliões populares, que questionam modelo neoliberal, como no Chile e na Colômbia.

No centro do império, o movimento negro foi o responsável por derrotar o governo reacionário de Trump. As gigantescas marchas feministas garantiram o direito ao aborto na Argentina, Chile e Colômbia se enfrentando com o poderio da Igreja, do sistema patriarcal estruturante da exploração e opressão capitalista.

Diante a barbárie capitalista que está colocando em risco a existência humana é urgente a destruição do sistema capitalista e a construção de um outro modelo de sociedade. Se o sistema resiste e cria novos mecanismo é porque detém o apoio de setores que deviam ser os coveiros da ordem, como disse o revolucionário Trotsky nas vésperas da Segunda Guerra, em seu Programa de Transição (1938), a crise existente na humanidade é uma crise da direção reformista do movimento dos trabalhadores, sendo que essa direção e sua orientação de conciliação entre as classes precisam ser derrotadas para derrotarmos o sistema e suas mazelas.

Conjuntura nacional: Bolsonaro e o esgotamento da Nova República

A chegada ao Planado de Jair Bolsonaro, um presidente racista, misógino, capacho do imperialismo, defensor da ditadura militar, do fim dos direitos sociais e trabalhistas e da destruição ambiental foi um retrocesso para a classe trabalhadora brasileira e aprofundou as crises econômicas, social, política e ambiental.

Ao seguir a cartilha neoliberal, Guedes e Bolsonaro, aprofundaram a recessão econômica, aumentaram a miséria, o desemprego e a desindustrialização do país, em meio a subida dos preços e a da taxa de juros que só beneficia o sistema financeiro.

Hoje, Bolsonaro tem dificuldades de implementar seu o plano apresentado em 2018, seja no campo econômico, seja no campo dos valores. Os escândalos de corrupção, do baixo

crescimento, do agravamento da crise social com o aumento da miséria, da fome, do desemprego, as diversas crises institucionais e a devastação ambiental minaram a popularidade do presidente e o deixou refém do centrão que hoje manda no governo.

O colapso nos sistemas de saúde e a condução negacionista da pandemia fez com que 650 mil brasileiros perdessem a vida. A demora na aquisição de vacinas, divulgação e financiamento de tratamentos sem eficácia científica, desrespeito às medidas de prevenção e isolamento e a ineficiência de medidas concretas e efetivas que garantissem o isolamento social e condições dignas de vida da população. Fatores que fizeram com que o Brasil se tornasse o epicentro da pandemia.

A política ambiental predatória de Bolsonaro, queimando nossas florestas, invadindo terras indígenas e quilombolas e áreas de proteção ambiental, se soma à diminuição da superfície de água doce que está secando, o Brasil perdeu 15% de suas reservas nas últimas três décadas.

As imagens impressionantes da enxurrada provocada pelo temporal que se abateu sobre a cidade histórica de Petrópolis/RJ, sua magnitude e o número de vítimas fatais ainda indefinidas, infelizmente, estão longe de serem uma exceção. A responsabilidade de governos e conivência com a ganância capitalista em destruir o meio ambiente para obter cada vez mais lucros, relegando os mais pobres a viver em situações de risco, correm o risco de se banalizar.

As enchentes provocadas pelas chuvas intensas no Rio de Janeiro, na Bahia, Minas Gerais, Amazonas, São Paulo e no Pará são parte da crise climática em que o capitalismo arrasta o planeta. No Brasil, no governo Bolsonaro, houve um crescimento do desmatamento em 56,6%, 21 vezes o tamanho da cidade de São Paulo; multas por desmatamento na Amazonia foram 93% abaixo da média verificada em 2019/2020.

O Ibama, com a política do governo de proteger os capitalistas do agronegócio, agiu em apenas 1% dos alertas de desmatamento na Amazônia, uma crise hídrica se abateu sobre o centro oeste, ondas de calor ocorreram no sul e sudeste do país, na metade do mês de janeiro os termômetros atestaram 42 graus no Rio Grande do Sul e a sensação térmica no Rio de Janeiro foi de 51 graus.

Ano passado, o país passou por uma de suas maiores crises hídricas e energéticas que retroalimenta a carestia nos produtos, serviços e alimentos, uma situação desesperadora para uma população cada vez mais empobrecida.

O desemprego sem dúvida é um dos maiores dramas do país: falta trabalho para 31,7 milhões de brasileiros, 36,6 milhões tem trabalhos informais no país, 29,5% dos jovens entre 18 e 24 anos estão desempregados (IBGE). A taxa de desocupação na população negra é de 16,06%, na de brancos 11,7%, entre os homens é 11,7% e entre as mulheres 17,1% (IBGE). Isso tudo ocorre em um país onde bilionários ficaram R\$ 1 trilhão mais ricos em 2021 e onde a pandemia empurrou 4,3 milhões para renda muito baixa nas metrópoles brasileiras.

O desemprego, a falta de renda para comer e pagar aluguéis etc. transformou as praças e viadutos das capitais do país em verdadeiros “camping de miseráveis” sem assistência médica, vivendo de mendicância, prostituição e todos os tipos de violência

O serviço público, responsável por salvar vidas em meio a uma pandemia está em pedaços. Na saúde em dezembro houve 81,7% atendimento a mais de pacientes, se não bastasse, 40,9% dos enfermeiros sofreram agressões verbais, 33,7% tiveram sua jornada de trabalho aumentada, e o adoecimento na categoria é uma constante. (dados do Conselho Regional de enfermagem SP). A mesma coisa se verifica na educação e na assistência social.

As chocantes imagens de uma longa fila de pessoas em busca de ossos na porta de um açougue em Cuiabá demonstram que a miséria e a fome estão assolando as famílias brasileiras neste contexto pandêmico e de aprofundamento da crise econômica.

Segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN), antes da COVID-19 adentrar no país, cerca de 57 milhões de pessoas viviam em insegurança alimentar, sem acesso pleno a alimentos, em abril de 2021 esse quantitativo dobrou chegando à casa de 116,8 milhões de pessoas, sendo que destes 43,3 milhões tem acesso insuficiente de alimentos (insegurança alimentar moderada) e 19 milhões passam fome. O Panorama Regional de Segurança Alimentar e Nutricional 2021, das Nações Unidas, aponta que apenas na América Latina o número de pessoas passando fome passou de 45,9 milhões para 59,7 milhões.

Sob o governo Bolsonaro, acelerou-se o empobrecimento da população, ao mesmo tempo em que a concentração de riqueza na mão de um punhado de bilionários aumentou. de

acordo com o relatório da Oxfam, desde o começo da pandemia o país ganhou mais 10 bilionários. O aumento da riqueza dos bilionários durante a pandemia foi de 30% (US\$ 39,6 bilhões), enquanto 90% da população teve uma redução de 0,2% entre 2019 e 2021. Os 20 maiores bilionários do país têm mais riqueza (US\$ 121 bilhões) do que 128 milhões de brasileiros (60% da população).

De acordo com o DIEESE, o Salário-Mínimo Necessário, em janeiro último deveria ser de R\$ 5.997,14, o que equivale a 4,95 vezes o valor do mínimo oficial de R\$ 1.212,00 que não compra sequer duas cestas básicas, o auxílio emergencial aprovado pelo governo Bolsonaro de R\$ 224,00, em média, só paga metade de uma cesta básica em Aracaju e 1/3 em São Paulo (Dieese). 46% dos brasileiros gastam mais da metade da renda do mês com luz e água (IPEC). Brasileiros gastam 60% do salário-mínimo para comer (FGV).

Tudo ficou mais caro, a inflação oficial é de 10,67%, entretanto a inflação dos pobres é 20%, desde o início da pandemia a inflação dos mais pobres atingiu 40% (Dieese). A Carne aumentou 70% de janeiro de 2019 a agosto de 2021, a gasolina chegou em algumas capitais a R\$ 8 reais o litro, o gás de cozinha à R\$ 150,00, etc.

A solução para tentar segurar a inflação foi o aumento da taxa de juros para 11,75% a.a pelo governo Bolsonaro encarecendo o crédito, sobretudo o cartão de crédito, cheque especial e crédito consignado em folha de pagamento utilizado por boa parte da população, sobretudo a classe média, os servidores públicos como mecanismo de parcelamento de compras para pagamentos de médio e longo prazo, sobretudo em supermercados.

A política de juros altos fez crescer também o endividamento das famílias “três em cada quatro famílias brasileiras (75,6%) estão endividadas em dezembro/2021 de acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic). Trata-se do maior percentual registrado desde janeiro de 2010. Pelo menos um quarto das famílias (26,1%) estão com dívidas em atraso. E uma em cada 10 diz não ter condições de pagar débitos... 14,8% das famílias estão “muito endividadas”. Outros 27,3%, “mais ou menos endividadas”, enquanto as “pouco endividadas” são 33,5%” (Brasil de Fato, 19/01/2022).

A alta dos juros, combinada também com a alta do dólar, fez crescer a dívida pública. “Em 2021, o governo federal gastou R\$ 1,96 trilhão com juros e amortizações da dívida pública, o que representa um aumento de 42% em relação ao valor gasto em 2020, que

por sua vez já tinha sido 33% superior a 2019. Portanto, nos últimos dois anos, os gastos financeiros com a dívida federal quase dobraram. Apesar desses vultosos pagamentos, em 2021 a Dívida Pública Federal aumentou R\$ 708 bilhões, tendo crescido de R\$ 6,935 trilhões para R\$ 7,643 trilhões (ACD, 15/02/2022).

Só quem ganhou com as altas dos juros foram o sistema financeiro e os exportadores brasileiros, sobretudo os ligados ao agronegócio e ao setor de mineração, setores que também são beneficiados pela isenção tributária. De acordo com a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco Nacional) o governo concedeu mais de R\$ 450 bilhões em benefícios tributários às grandes empresas em 2021. Já para os trabalhadores brasileiros, o governo tenta a todo custo aprovar um ajuste profundo e retirar os direitos conquistados ao longo dos anos. Apesar da aprovação da reforma de previdência comprada na base da corrupção do orçamento secreto o governo não conseguiu aprovar a “Reforma Administrativa” que visa alterar a inserção de servidores e funcionários no serviço público e a organização administrativa de órgãos públicos. Tal modificação constitucional faz parte do pacote de contrarreformas de Estado que visa desmontar a máquina pública brasileira em benefício dos grandes setores do capital privado.

Encabeçada pelo Ministro da Economia, o ultraliberal Paulo Guedes, a PEC 32 é a “granada no bolso” do segmento que o governo de Jair Bolsonaro elegeu como principal inimigo: os servidores públicos!

Com a alteração constitucional prevê-se o fim da estabilidade empregatícia no setor público, através do concurso público – na maioria das carreiras –, legitimando a “caça às bruxas” aos servidores não alinhados politicamente, e o regresso às primeiras décadas do Brasil republicano com a volta massiva das indicações dos apadrinhados políticos nos cargos públicos, ampliando a prática da “rachadinha” – atividade comum nos gabinetes da família Bolsonaro.

A situação pode piorar, com o intuito de favorecer seus amigos do agro, Bolsonaro tem pressa, quer aprovar a toque de caixa no Congresso Nacional o PL 3728/2004 que altera o licenciamento ambiental, o PL 528/2021 sobre o mercado de carbono, o PL 2633/2020 (conhecido com PL da grilagem de terra) para regularizar invasões de terras públicas e o PL que cria a garimpagem artesanal com o objetivo de regularizar o garimpo ilegal,

sobretudo em terras indígenas. No governo Bolsonaro não foi demarcado nenhuma terra indígena, ao contrário, o marco temporal em discussão no STF, questiona boa parte das já existentes ou que deveriam ser demarcadas. O governo regularizou 1501 novos agrotóxicos. O BNDES emprestou R\$ 29 milhões para desmatadores da Amazônia financiarem compra de tratores. Como parte do enfrentamento que vem fazendo a população indígena, tradicional e os povos da floresta, somente em janeiro foram assassinadas no Brasil 8 lideranças socioambientais.

Crise Política – Bolsonaro um governo fraco: é nesse cenário de profunda crise e instabilidade em que o governo amarga seu enorme descrédito junto à população. Segundo a última pesquisa do Datafolha, 64% da população desaprova o governo e mais de 2/3 da população acham Bolsonaro um mal gestor.

Por onde se olha, a crise está em todos os lugares dentro do governo: a PGR denunciou o Ministro da Educação Milton Ribeiro por LGBTFOBIA; o STF mandou cancelar o disque denúncia criado pela Ministra da Família, Damares Alves, para atacar as vacinas contra covid-19; é grande a inquietação no Ministério da Ciência e Tecnologia cujo investimento está 78% abaixo dos valores de 2010 e no menor patamar desde 2004; O Ministério Público do Trabalho e a Justiça Federal por determinação do STF move processo contra Sergio Camargo, presidente da Fundação Palmares, por prática de assédio moral contra funcionários públicos; o Ministro Marcelo Queiroga é denunciado pela CPI da covid-19 por negligência e favorecimento de empresas e planos de saúde; o Ministro Paulo Guedes está completamente desmoralizado, e o setor militar sofre um grande desgaste na opinião pública.

Existe também um sentimento que se aumentou a corrupção devido ao orçamento secreto, as famosas emendas do relator, que beneficiam o centrão que é base do governo no Congresso Nacional; as rachadinhas e negócios dos filhos do presidente, e o próprio Bolsonaro é alvo de 6 inquéritos no STF e TSE são eles: 1) eventual interferência do presidente na PF; 2) suposta prevaricação sobre irregularidades na negociação da vacina Covaxin; 3) ataques às urnas eletrônicas; 4) vazamento de dados de inquérito sigiloso da Polícia Federal; 5) Divulgação de notícia falsa relacionando as vacinas contra covid-19 a um suposto risco ampliado de desenvolver AIDS; e 6) um específico no TSE que tem relação com um inquérito administrativo mais amplo que apura ataques, sem provas,

contra o sistema de votação eletrônico. Bolsonaro tem protocolado contra ele no Congresso Nacional mais de 120 pedidos de impeachment. Bolsonaro está isolado, é um governo fraco.

Eleições 2022

Esse cenário antecipou de forma contundente o processo eleitoral brasileiro. Cresce a insatisfação popular, o perigo de explosões sociais é latente, e as direções do movimento de massas fazem malabarismo para canalizar a enorme insatisfação do povo pobre com o governo para as urnas.

Se as eleições fossem hoje, segundo todos os institutos de pesquisa, Lula/PT poderiam ganhar as eleições já no primeiro turno. A burguesia brasileira sabe que o PT tem limites para controlar as ruas desde 2013, pois sequer conseguiu evitar a deposição de Dilma e a prisão do próprio Lula, por isso tem tentado por todos os meios a construção de uma “terceira via” puro sangue burguesa que lhe permita fugir da “polarização” Lula/Bolsonaro. Não tem sido fácil, e não está garantido que consigam, mas seguem essa procura. A linha central de Lula/PT é vender a ideia de que a burguesia brasileira deve confiar em seu projeto de poder para o país e que os negócios dos capitalistas estarão assegurados.

O projeto de poder de Lula/PT é a constituição já nas eleições de uma Frente Amplíssima, que conte com os partidos do que denominam campo democrático (incluindo o PSOL) e que mais recentemente costura que o vice de Lula poderia ser Geraldo Alckmin, o tucano que governou o Estado de São Paulo por mais de 14 anos.

Para ter assegurada entrada de Alckmin na chapa, o que significa, ter a adesão de boa parte do empresariado paulista, Lula tornou pública a oferta de que Alckmin seria não somente seu vice-presidente, mas que ele ocuparia o Ministério da Agricultura, em um claro aceno para os senhores do agronegócio.

Para poder ampliar a FRENTE POLÍTICA, Lula/PT abriu negociação com Gilberto Kassab, presidente do PSD que é maior partido do centrão, lhe oferecendo a possibilidade do governo na Bahia e Minas Gerais um Ministério no futuro governo. O PSD também é

o partido de Alexandre Kalil prefeito de Belo Horizonte, capital do segundo maior colégio eleitoral do país, Minas Gerais. A mesma articulação ocorre com os coronéis do Nordeste ligados ao MDB tendo a frente à família Calheiros (Alagoas) ou no norte do país com o clã Barbalho que governa o Pará.

Para ter amarrado em um futuro governo os pequenos partidos do “campo democrático e popular” Lula/PT vem articulando, diante das mudanças eleitorais que proíbem coligações partidárias, a conformação de uma Federação Política com o PSB, PCdoB, PV. Nessa Federação, em troca de apoio político nas eleições, Lula/PT desistiriam de disputar as eleições em estados importantes como: RJ que teria como candidato Marcelo Freixo (PSB) o candidato do PT antes ao governo do Estado era André Ceciliano que concorreria ao Senado. O mesmo ocorreria em Pernambuco onde o PT apoiaria ao governo o prefeito de Recife João Campos (PSB) e lançaria para a reeleição o senador Humberto Costa. O PT apoiaria o candidato do PSB no Espírito Santo, discutiria o apoio a Alexandre Kalil para governador de Minas Gerais e na Bahia o senador Otto Alencar, caso Kassab topasse retirar a pré-candidatura à presidente da república de Rodrigo Pacheco e desistisse de filiar o governador Eduardo Leite (RS) para disputar a presidência da república em substituição a Pacheco que se concentraria em se reeleger presidente do senado.

Os partidos do “campo democrático e popular” seriam o verniz que a candidatura teria de “esquerda”, nesse jogo, Lula conta até com a presença do PSOL.

O programa de Lula é uma clara demonstração de que seguirá com o ajuste fiscal, e a carta ao povo brasileiro, dessa vez, em vez de uma carta de fato e uma declaração aos banqueiros, seria a presença de Alckmin como vice.

Bolsonaro pese perda de prestígio e capilaridade política e eleitoral, pois fala cada vez mais para uma pequena tropa de fanáticos, ele segue ocupando a segunda posição nas pesquisas eleitorais, tenta a todo custo manter essa posição a partir da compra do centrão a “base de ouro”, para isso vai utilizando os mecanismos de orçamento da união, liberação de verbas, loteamento de cargos na administração pública, vende prestígio e poder para se manter firme na disputa.

Diante desse cenário ainda incerto, no próximo mês, ao se aproximar a janela de mudança de partidos, ocorrerá uma grande reforma ministerial. Os mais importantes Ministros do governo Bolsonaro, a exceção de Paulo Guedes, se preparam para disputar as eleições e também garantir “foro privilegiado”..

Um dos fatores que tem levado forte instabilidade a candidatura de Bolsonaro, é a pré-candidatura do ex-juiz e Ministro Sergio Moro, que disputa com o presidente sua base conservadora, não à toa, nas recentes pesquisas realizadas Moro aparece em terceiro, à frente de Ciro Gomes ou empatado tecnicamente. O que Bolsonaro mais teme é o crescimento de Moro o que aumentaria a vantagem de Lula/PT.

A candidatura de Ciro Gomes, que se lançou como pré-candidato faz um ano, tem oscilado muito. Tem como eixo capturar os descontentes com o petismo e com o bolsonarismo. Seu programa difundido é neo-desenvolvimentista, centrado em um possível desenvolvimento nacional, tem falado em cobrar impostos das grandes fortunas, refinanciar a dívida da classe média, educação em tempo integral, e revisão do processo de privatização da Petrobrás, tudo para tentar “fisgar” setores do funcionalismo público que odeiam Lula, maioria apoiou Bolsonaro, mas que agora estão completamente céticos. À medida que Lula/PT vai se consolidando nas pesquisas a candidatura de Ciro vai perdendo base de apoio de vereadores e deputados nos estados, impossível prever sua dinâmica e a capacidade que terá o PDT de atrair algum setor importante. Até agora o único que conseguiu foi a filiação ao PDT de David Miranda, Deputado Federal e ex. militante do MÊS/PSOL.

A pré-candidatura de Simoni Tebet ainda não se sabe se é pra valer, única mulher até agora que se tem como pré-candidata, tenta influenciar o gênero feminino que é maioria do eleitorado brasileiro, com um discurso de moralização na política, tenta não perder espaço no MDB para o grupo de Renan Calheiros.

União Brasil (fusão do PSL com DEM) é hoje o maior partido do Congresso Nacional, detentor da maior fatia do Fundo Eleitoral, tem por objetivo eleger ACM Neto governador da Bahia e uma bancada de Deputados Federais que lhe possibilite consolidar como partido e seguir administrando a enorme fatia a que tem direito do fundo eleitoral. Seu

presidente Luciano Bivar, tem pretensões de candidato a vice-presidente na chapa de Sergio Moro, entretanto, além de estar muito amarrado a acordos estaduais, depende muito da consolidação de Moro como possível terceira via.

Recentemente em entrevista ao Estadão um dos principais dirigentes do PSDB, o ex-senador Aluysio Nunes, declarou que o partido não é mais uma referência nacional. O PSDB se encontra em uma profunda crise, dividido entre o grupo de Dória, que saiu vencedor no fiasco da prévia tucana, e o grupo do governador do Rio Grande do Sul Eduardo Leite, derrotado. Dória vai muito mal nas pesquisas e seu futuro é incerto, alimenta ainda o objetivo de ser um candidato competitivo a presidência da república, mas com o partido dividido, que perdeu Geraldo Alckmin, e corre o risco de também perder Eduardo Leite para o PSD, está estacionado nas pesquisas para presidente com apenas 4% segundo o DataFolha e o IPEC (ex. IBOPE).

Dória que tenta se consolidar e se viabilizar eleitoralmente a partir do “trunfo” de ter a Coronavac, vacina criada pelo Butantã, ligado ao governo do estado, tem grande rejeição no funcionalismo público e acidentes como a do metrô na marginal Tietê, arranharam muito sua figura política.

Um programa para os trabalhadores

Diante desse cenário, o Sinasefe deve levantar a bandeira do socialismo e da solidariedade internacional entre os trabalhadores tornam-se o raio de esperança para o fim da opressão. Somente a revolução socialista, sobre o amplo controle dos trabalhadores, poderá garantir o fim do latifúndio brasileiro e o acesso livre e justo da terra para a produção agrícola e pecuária, derrotando a miséria e a fome que assola os brasileiros e outros milhões de seres humanos nos quatro cantos do mundo

Frente à situação de crise econômica e social que passa nossa classe levantamos o programa de que a crise a devem pagar os ricos e poderosos, não a população pobre e trabalhadora. Defendemos o Não pagamento da dívida pública e sua auditoria, por um plano econômico alternativo que garanta: comida, trabalho, reajuste geral de salários com reposição integral da inflação real, reforma agrária agroecológica, fim da especulação imobiliária e a construção de casas populares subsidiadas pelo estado, 10% do PIB para investimento na saúde e na educação. Frente à inflação defendemos congelamento dos preços da cesta básica, redução e congelamento das tarifas de luz, água, esgoto, IPTU,

internet, gás de cozinha, combustíveis. Contra o endividamento das famílias defendemos a moratória de todos os empréstimos consignados, chega de lucro dos bancos sobre a população trabalhadora, o mesmo se estende aos cartões de crédito e ao cheque especial. Defendemos o meio ambiente e o bem viver, somos contra os grandes projetos que destroem o meio ambiente e a natureza, estamos pela mudança da matriz energética atual baseada em combustíveis fósseis. Em defesa dos direitos civis e das pautas feministas, contra o racismo, a xenofobia, e em defesa dos direitos da população LGBTQIA+. Apoiamos todas as lutas dos trabalhadores da cidade do campo e da floresta em todas as partes do mundo.

Eixo educação

Tese de educação da Unidos pra Lutar ao 34º Consinasefe

Vivemos tempos de uma profunda crise do atual sistema econômico, que impacta a geração de renda e a redução de frentes de trabalho em nível global. Antes mesmo dos efeitos da situação pandêmica, os principais organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) já previam o crescimento irrisório ou retração das principais economias.

Nessa grande crise do capital, no intuito de manter as taxas de lucratividade, a burguesia e seus porta vozes governamentais, estão a promover a privatização das políticas públicas antes ofertadas pelo Estado (saúde, educação, lazer, segurança pública) e a usurpação dos direitos sociais laborais e previdenciários da classe trabalhadora. No Brasil, desde os anos de 1990 os desmontes neoliberais assolam o país, porém nos últimos seis anos uma série de contrarreformas de Estado está reconfigurando o mundo do trabalho.

Dentro desse arcabouço neoliberal, adentra a reestruturação do sistema educacional brasileiro, especialmente à Educação Básica. Em fevereiro de 2017 a Lei 13.415/2017 está reformulando o Ensino Médio brasileiro ao fragmentar a distribuição da carga horária e do currículo em dois momentos: as disciplinas científicas tradicionais com os conteúdos delineados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os itinerários formativos com componentes curriculares voltados para fins de formação profissional compulsória e precoce da juventude para atuar mercado de trabalho, cujo o estudante poderá “escolher” entre cinco itinerários, Ciências Humanas, Exatas, Biológicas, Linguagens ou o Técnico e Profissional.

O novo modelo do Ensino Médio aproxima-se do viés tecnicista da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) do Regime Militar (1971), reduzindo a carga

horária das disciplinas científicas para apenas 1800 horas distribuída ao longo dos três anos, sendo que o restante da formação, entre 1200 horas até 2400 horas – para escolas em tempo integral –, destina-se ao itinerário formativo. Com a limitação da carga horária, disciplinas de base científica como Geografia, Biologia, Física e História poderão ser ministradas num único ano ou semestre de formação do estudante, sendo apenas a Língua Portuguesa, Língua Inglesa e a Matemática obrigatórias ao longo dos três anos de curso. No caso da Língua Espanhola ela passa ser disciplina optativa nos currículos, perdendo o status de oferta obrigatória.

O intuito dos últimos quatro Ministros da Educação (2016-2021) é de construir uma nova concepção de “ascensão” social e econômica para juventude e suas famílias, que não perpassa pelo sonho do acesso ao ensino superior, mas apenas pelo Ensino Médio que capacite o jovem para o mercado de trabalho em crise. Nesse contexto, dos cinco itinerários formativo existentes, apesar de todos terem um viés profissionalizante, o itinerário Técnico e Profissional é que o atual governo ultraliberal de Jair Bolsonaro deseja aumentar a oferta de vagas. Para tal empreito, em outubro de 2019, o governo lançou o Programa “Novos Caminhos” que visa aplicar a Lei nº 13.415/2017 e fortalecer o itinerário Técnico e Profissional nas redes privadas e públicas municipais e estaduais.

O Programa “Novos Caminhos” possui várias frentes de atuação: 1) visa a difusão de uma educação tecnicista que não preza pelo modelo de ensino integrado/emancipador que articula a formação científica-crítica com a formação técnica-profissional para o mundo do trabalho; 2) visa a difusão da cultura “empreendedora” e “inovadora” de perfil empresarial e competitiva entre a juventude; 3) visa a abertura de novos cursos técnicos para atender as demandas específicas do grande capital; 4) visa a abertura de cursos com carga horária reduzida, preferencialmente no formato do Ensino a Distância (Ead), para formar ou capacitar trabalhadores adultos; 4) visa a formação barata de educadores (licenciaturas, especializações e mestrados) para atuar na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), através de cursos no EaD; 5) visa salários menores e sem vínculo empregatício para professores que atuarão nos cursos financiados pelo Programa “Novos Caminhos” – cursos técnicos concomitantes e formações iniciais continuadas (FICs); 6) abre o mercado da educação profissional, a nível de Educação Básica, as Instituições Privadas de Ensino Superior (IPES), fortalecendo as grandes redes do mercado privado de ensino; 7) Estimula que os Institutos Federais (IFs) sejam polos de pesquisa e elaboração de novos produtos que atendam demandas comerciais do grande empresariado, transferindo tecnologia advinda do serviço público para a iniciativa privada.

O Programa “Novos Caminhos” e a Lei 13.415/2017 possuem como meta final formar trabalhadores para o subemprego e o próprio desemprego, num contexto de profunda crise do capital que deseja aniquilar todos os direitos laborais e previdenciários, em prol dos lucros do grande empresariado. Em 2022 é o ano limite para aplicação da lei que reestrutura o Ensino Médio, então deve ser o ano das

grandes mobilizações e greves contra a barbárie capitalista na formação da juventude brasileira.

Reordenamento da Rede Federal

Ministério da Educação ressuscitou a ideia de “reordenamento” da Rede Federal de Educação Técnica e Profissional do governo Temer, que prevê a criação de dez novos Institutos Federais (IFs) sem criar nenhuma nova vaga matrícula na Educação Profissional e Técnica (EPT).

A proposta do MEC não amplia a Rede, não cria novos *campi*, não cria novos cursos e nem promoverá novos concursos para servidores. Apenas desmembra alguns IFs, reordenando determinados *campi* a uma nova estrutura administrativa, com custo aproximado de R\$ 8 milhões por cada nova reitoria criada. Num contexto em que a maior parte da Rede sofre com cortes no orçamento e vive a ausência de insumos básicos para o enfrentamento da pandemia, como máscaras PFF2 e álcool em gel.

Esta medida tem como objetivo instaurar dez reitores biônicos na Rede Federal, para impor um modelo de educação que atenda as demandas do grande capital, para impor o Programa Novos Caminhos, a Reforma do Ensino Médio, a BNCC e outras medidas que têm enfrentado resistência na rede por não responder a intenção de ofertar uma educação pública, gratuita e de qualidade aos trabalhadores brasileiros.

Com a nomeação de reitores sem eleições democráticas e dezenas de cargos comissionados à disposição, Bolsonaro quer usar os novos IFs como moeda de troca com os parlamentares da direita fisiológica em diversos estados para que estes aprovem diversas medidas que retiram direitos dos trabalhadores, como a Reforma Administrativa (PEC 32), congelamento dos salários dos servidores e um conjunto de medidas que atacam a educação pública brasileira.

Assinam a tese:

Matheus Pontes – Seção Cáceres

Lucas Barbosa – Seção Brasília